



ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, CONVOCADA COM O OBJETIVO DE OUVIR A SOCIEDADE SOBRE O REPASSE DA GESTÃO DE HOSPITAIS PÚBLICOS, POR PARTE DO GOVERNO DO ESTADO, PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE (OSS). 3ª SESSÃO LEGISLATIVA. 20ª LEGISLATURA. MANAUS, 17 DE FEVEREIRO DE 2025. PRESIDENTE: DEPUTADO DANIEL ALMEIDA.

Às treze horas e trinta minutos do dia dezessete de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar **DANIEL ALMEIDA**, ausentes os demais. **O Senhor Presidente explicou se tratar de uma Audiência Pública convocada com o objetivo de ouvir a sociedade sobre o repasse da gestão de hospitais públicos, por parte do Governo do Estado, para as Organizações Sociais de Saúde (OSS), conforme Requerimento n.º 113/2025, de sua autoria. Convidou para compor a Mesa as autoridades:** Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto, Secretário- Executivo Adjunto de Gestão Administrativa da SES/AM, representando o Governador Wilson Lima; Ariane Sena Pinheiro, Assessora Jurídica, representando a Defensoria Pública da União; Dione Carvalho, Vereador representando a Câmara Municipal de Manaus; Evelin Campelo, Diretora do Departamento de Vigilância Hospitalar e Qualidade, representando a FVS/AM; Ademar Carlos Augusto, representando o Conselho Federal de Medicina; Gilson Aguiar, representando o Conselho Estadual de Saúde; João Rosa Vieira Júnior, representando o Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas; Mário Rubens Viana, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Amazonas. **Após**, foi exibido um vídeo. **Com a palavra, o Deputado Daniel Almeida** explicou que a Audiência seria baseada no Relatório exposto no vídeo do Sindicato dos Médicos e do Conselho Regional de Medicina sobre a situação do Pronto-Socorro 28 de Agosto e afirmou que seu intuito maior é contribuir para que o povo do Amazonas fosse beneficiado. Clarificou que o Relatório ficaria disponível para todos.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2025.10000.00000.9.007511:

DANIEL D JUDA PEREIRA DE ALMEIDA (AUTORIA) - EM 26/02/2025 18:54:20

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO - EM 27/02/2025 10:50:35

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : BF5F0E080012AB9F . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



Exibiu alguns slides em que mostrou o resultado de uma fiscalização do Conselho Regional de Medicina no Instituto Dona Lindu e no 28 de Agosto, no ano passado, nos meses de fevereiro, setembro e dezembro, e corroborou a situação caótica enfrentada pelo Complexo Hospitalar da Zona Sul. Observou que este ano, no mês de janeiro, o Conselho Regional de Medicina já fiscalizou o Hospital sob a gestão da OS Agir e continuam os mesmos problemas como falta de medicamentos, de plantonistas e profissionais para atender à população e enfatizou que a OS foi contratada para resolver as questões caóticas que persistem, inclusive com a nova gestão foi acrescido mais um problema que é a presença de profissionais sem RQE e sem Residência em UTI. Lembrou que esse caso de médicos sem RQE foi uma exceção da Covid-19 e que não poderia mais existir no Hospital e ressaltou que havia dois médicos recém-formados, apenas 46 dias, atuando na UTI sem acompanhamento de profissionais mais experientes. Denunciou que os custos com os Hospitais 28 de Agosto e Dona Lindu diminuiriam na gestão da OS porque ela reduziu o quadro de funcionários pela metade, colocando em risco a vida da população do Amazonas. **Na sequência, o Deputado Daniel Almeida** franqueou a palavra aos convidados da plateia, manifestando-se: **Cacique Puinã, do Município de Uarini, etnia Midanha**, que apresentou o direito do seu povo esquecido pelo Estado e reivindicou a construção de uma UBS na localidade, como também o envio de remédios; **Evandro Soares, Vice-Coordenador do Fórum dos Direitos da Pessoas Idosa do Amazonas**, questionou por que o prédio do Caimi na Colônia Oliveira Machado ainda não foi inaugurado, já que a obra foi entregue em janeiro do ano passado e até agora os idosos do bairro precisam se deslocar para outras Zonas a fim de conseguir uma consulta geriátrica; **Jicó Brito do bairro Santa Etelvina** leu um trecho do Relatório da 16ª Conferência Nacional de Saúde que se manifestou contra a utilização de OS na gestão de Hospitais e fez algumas denúncias sobre a dificuldade de realizar cirurgias no Hospital 28 de Agosto; **Gilson Aguiar, 2º Secretário do Conselho Estadual de Saúde**, fez uma explanação das atribuições do Conselho consultivo, deliberativo e fiscalizador e expôs seu posicionamento sobre a OS enfatizando que o Colegiado não deliberou sobre o contrato, pois o processo se deu de modo açodado. Anunciou que o Conselho estaria pedindo formalmente que fosse apresentado no órgão o contrato com a OS visando entender o que estaria acontecendo no Hospital, já que a saúde deve ser pública e gratuita e não poderia ser privatizada; **Denison Villar, Movimento Todos pela Saúde**, opinou que entregar a saúde para a iniciativa privada não seria a solução e frisou que não seria normal os trabalhadores da saúde ficarem em torno de 12 meses sem receber mostrando as dificuldades enfrentadas pelos que salvam a vida dos





amazonenses. Defendeu a equidade na saúde e questionou por que os 24 deputados não lutam por melhorias na saúde do Estado. Pediu o cumprimento das leis e agradeceu ao Deputado Daniel Almeida a oportunidade de fala. Criticou o Conselho Estadual de Saúde por não defender os trabalhadores da área e sugeriu uma nova Audiência mais ampla antes do Dia do Trabalhador; **Marlisson Coelho, paciente do 28 de Agosto**, relatou a sua experiência no Hospital depois de sofrer um assalto e atribuiu a sua incapacidade braçal, já que não pode mais exercer a sua profissão de cabeleireiro, ao atendimento da Unidade de Saúde que não fez a cirurgia adequadamente e lesionou o seu braço; **Gil Baiana, Protetora do Jorge Teixeira**, registrou que a saúde do Amazonas estaria precária e pediu que o Deputado Daniel Almeida pudesse ajudar o bairro Jorge Teixeira que enfrenta muitas dificuldades. **Neste momento, o Deputado Daniel Almeida prometeu intervir junto ao Governo para que o Senhor Marlisson Coelho pudesse realizar a cirurgia que não foi feita no Hospital 28 de Agosto, registrou a presença dos Senhores:** Luciano Simões de Oliveira, Chefe do Departamento de Auditoria em Saúde, representando o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, e Renato Cacique Mura, Coordenador Nacional do Agro-Indígena Nacional; **e das Senhoras:** Josefa Mar, representando a Comissão de Saúde da OAB; Dona Cleide, Coordenadora dos Idosos no Amazonas. **Encerrada a participação da plateia, foi franqueada a palavra aos componentes da Mesa. Com a palavra, o Senhor Mário Viana** expressou a sua gratidão ao Deputado Daniel Almeida pela coragem de fazer a Audiência e apresentou algumas informações do Sindicato dos Médicos afirmando que os indígenas são “roubados” pelo Poder Público por isso enfrentam muitos dilemas nas comunidades. Explicou que, segundo a Revista Veja, 94% das OS que atuavam no Brasil na área da saúde tinham processos por desvio do dinheiro público e acusou o Governo de primeiro implantar a OS para depois discuti-la. Opinou que as Organizações Sociais não iriam resolver o problema da saúde no Amazonas e assinalou que o 28 de Agosto realizava, em média, 15 cirurgias diárias e, na gestão da OS, não consegue essa quantidade. Lembrou que os médicos do Hospital não faziam mais cirurgias porque não havia material e ponderou que todos os hospitais de Manaus estariam com dificuldades de fazer os procedimentos cirúrgicos inclusive o João Lúcio e o Adriano Jorge. **Como orador seguinte, o Senhor Dione Carvalho** rememorou a sua luta há 21 anos em prol das crianças cardiopatas e discorreu acerca da história de sua filha que passou mais de oito meses em coma e foi a primeira criança a conseguir uma ordem judicial para ser operada às custas do Governo. Elencou as suas ações em defesa das crianças cardiopatas e exibiu um vídeo de quando era





Presidente da Associação de Pais de Crianças Cardiopatas do Estado do Amazonas. Reiterou seu compromisso com a causa e cobrou uma resposta aos seus requerimentos impetrados como Vereador junto à Secretaria de Estado de Saúde. **Na continuidade, o Senhor Ademar Carlos Augusto** condenou o Governador Wilson Lima por transferir os problemas do Hospital 28 de Agosto aos profissionais de saúde e enfatizou que o Governo estaria apenas preocupado em reduzir custos e não com a qualidade dos serviços. Opinou que os colegas médicos recém-formados não possuem competência para atuar em UTIs e cobrou dos colegas médicos deputados uma atuação mais firme. Clarificou que a OS expulsou os médicos com qualificação profissional e salários atrasados e reclamou do tempo em que realizava cirurgias sem ter equipamentos adequados. Salientou que o 28 de Agosto, na gestão da OS, se tornou um hospital de portas fechadas e que, atualmente, continua sem equipamentos e agora sem médicos qualificados e alertou para o fato de que hoje seria um risco ser atendido no Complexo da Zona Sul por conta da inexperiência dos médicos que atuam no local. Fez um desabafo longo sobre os seus 47 anos de atuação médica no Estado e defendeu melhorias no atendimento da saúde dos indígenas e ribeirinhos. **Dando prosseguimento, o Senhor Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto** agradeceu o convite e respondeu a alguns questionamentos da plateia: em relação ao Caimi Paulo Lima da Zona Sul, garantiu **ao Senhor Evandro Soares** que neste semestre, sem precisar a data, haveria a inauguração do local que está aguardando apenas a licitação dos mobiliários; no que tange ao Conselho Estadual de Saúde, lembrou **ao Senhor Gilson Aguiar** que a publicidade do contrato da OS foi feita em julho de 2024, o problema é que houve uma eleição de novos membros do Conselho em dezembro e mesmo assim a Secretaria convidou os novos membros a acompanhar a transição. Feito isso, o orador se deteve a relatar o histórico da Lei que instituiu as Organizações Sociais em 1998 e assegurou que os problemas da saúde no Estado são antigos e não podem ser resolvidos do dia para a noite. Garantiu que o Hospital 28 de Agosto funciona de portas abertas e apontou algumas melhorias no local na gestão da OS. Repercutiu a fiscalização dos órgãos de controle na Unidade de Saúde e assegurou que apenas três empresas não quiseram continuar na gestão da OS, todas as outras continuam atuando no local e nenhuma foi expulsa. **Neste momento, o Deputado Daniel Almeida** perguntou acerca do atraso dos salários dos profissionais de saúde apesar de a OS receber mais de trinta milhões por mês e pediu explicações sobre as denúncias apresentadas no Relatório do Conselho Regional de Medicina, já que não condiz com o que o Secretário estaria expondo. Lamentou o fato de a Defensoria Pública do Estado e do representante da OS Agir





não estarem presentes e questionou se o Defensor Público Geral é defensor do povo ou do Governo. **Em resposta, o Senhor Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto** se manifestou a favor do Defensor Arlindo e arguiu que ele judicializa muitas ações no Amazonas em prol do povo e esclareceu que algumas imagens apresentadas no vídeo do Relatório do CRM não eram do Complexo da Zona Sul e sim do João Lúcio. Informou que a mudança de gestão no Hospital ocorreu em menos de setenta dias e, por isso, não há grandes modificações, mas prometeu ainda este ano fazer um aporte de investimentos no local. Clarificou que iria resolver o caso do Marlisson que foi lesionado no Hospital 28 de Agosto e reconheceu que existem problemas sérios na Unidade que independe de gestão. Evidenciou que o contrato com a Organização Social Agir prevê “Acreditações” que são certificações nacionais e internacionais, havendo um prazo para isso e observou que, no Amazonas, apenas o Hospital Delphina Aziz, gerenciado por uma OS, possui certificações. Ressaltou que acompanhou de perto a transição, quase que morando no Hospital 28 de Agosto, e garantiu que as três Cooperativas que não quiseram ficar no Centro de Saúde não aceitaram os protocolos da Agir. **Neste momento, o Deputado Daniel Almeida perguntou qual a previsão para sanar a questão dos salários atrasados dos médicos e demais profissionais. Em reposta, o Senhor Heleno de Lion Costa da Rocha Quinto** comunicou que todas as empresas que firmaram contrato com a Agir e apresentaram as notas fiscais com a documentação devida já receberam, ou seja, na gestão da OS, não existem atrasos. Em relação aos pagamentos atrasados ainda na gestão da Secretaria de Saúde, o Governo tem um planejamento para nas próximas semanas chamar as empresas médicas e fazer uma proposta visando sanar as dívidas e assegurou que o Governo não ficaria devendo ninguém. Clarificou que o principal dilema hoje na área da saúde é o “serviço indenizatório” que não possui orçamento provisionado, no entanto há uma possibilidade real de acabar com esse serviço por meio do Pregão Eletrônico 068/2025 que está em aberto e pretende credenciar empresas para a atividade meio. Colocou-se à disposição para mais esclarecimentos. **A caminho do fim, o Presidente Daniel Almeida** lamentou o fato de algumas autoridades não comparecerem como a Procuradora-Chefe do Ministério Público da 11ª Região, Senhora Alzira Melo Costa; Senhor Rafael da Silva Rocha, Procurador-Chefe do Ministério Público Federal; Senhor Francisco Daniel Sena, Superintendente do Ministério da Saúde no Amazonas, e prometeu dar encaminhamento a todas as demandas apresentadas convidando a se fazerem presentes na segunda-feira (dia 24), próxima Audiência Pública de sua autoria, a fim de ter ciência de tudo o que foi feito pela sua Assessoria Jurídica. **Nada mais ocorrendo,** encerrou a





Reunião e convocou a **Sessão Ordinária de terça-feira à hora regimental. E, para constar, eu, Ivelize Fausto Nóbrega**, Redatora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, lavrei esta Ata.

Presidente/Secretário